**ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA
POLÍTICO-SOCIAL DE LINDOLFO LEOPOLDO BOECKEL COLLOR**
doi: 10.4025/imagenseduc.v3i3.21121

Pedro Paulo Lima Barbosa*
Maria José Guimarães Barbosa**

* Faculdade Santa Izildinha – FIESI/UNIESP. pplbarbosa@gmail.com

** Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo – SEE/SP. mariajgbarbosa@hotmail.com

Resumo

O presente artigo analisa a trajetória política e social de Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor, tomando como base as teorias do campo educacional de Pierre Bourdieu. Mediante os conceitos e a teoria educacional desse autor, busca compreender como se formou e se consolidou a trajetória e o pensamento político-social de Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor.

Palavras-chave: Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor, Pierre Bourdieu, Sociologia da Educação, História.

Abstract. Outlines for an analysis of Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor's socio-political trajectory. Current essay analyzes Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor's political and social trajectory based on Pierre Bourdieu's educational theories. The philosopher's concepts and educational theory foreground an investigation on Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor's life, career and social-political thought.

Keywords: Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor, Pierre Bourdieu, Sociology of Education, History.

Introdução

Infância e juventude de Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor

Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor nasceu no dia 4 de fevereiro de 1890, na cidade de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Ele tinha poucos anos de idade quando seu pai, João Boeckel, faleceu. Este era sapateiro e, para complementar sua renda familiar, músico nas horas vagas. Ele morreu muito jovem. Dessa forma, a mãe de Lindolfo Collor, Leopoldina Schreiner, mudou-se com os seus três filhos – Alcides, Elvira e Lindolfo – para o povoado de São Gabriel da Estrela, RS, onde, pouco depois, tornou-se a se casar, com um alemão, João Antônio Collor e passaram a residir no povoado de Barra do Ribeiro, RS.

De origem humilde, João Antônio Collor era um homem de poucos recursos, portanto, mesmo empenhado em dar uma boa educação

ao menino Lindolfo Collor, ele pode lhe proporcionar apenas a instrução oferecida pela escola pública primária local. Lindolfo Collor, com oito anos de idade, terminou seus estudos primários e passou a auxiliar seu padrasto no sustento da família, especificamente nas tarefas da lavoura que este cultivava no terreno anexo à residência, além de entregar leite em várias casas do povoado. João Antônio tinha grande afeição por seu enteado que, por gratidão e afeto, acrescentou o sobrenome do padrasto ao do pai biológico.

Faz-se necessário aqui abriremos um parêntese para mencionarmos o modo como vemos Lindolfo Collor. Primeiramente, focamos nosso objeto de estudo a partir de seu 'nome próprio'. Para tanto, trazemos à baila o sociólogo francês Pierre Bourdieu e nos valemos das considerações feitas por ele a respeito de estudos biográficos.

Em segundo lugar, referimo-nos ao tipo de análise que nos propomos neste trabalho, pois

tal como Bourdieu, em seu texto intitulado *A ilusão da biografia*, focamos a questão da história de vida de um indivíduo ser narrada como um relato histórico. Destarte, acreditamos que uma maneira possível de se pensar o estudo biográfico, e que nos valemos neste trabalho, é mediante o “[...] relato histórico, *Historie*, em suma, numa teoria do relato, relato de historiador ou romancista, indiscerníveis sob esse aspecto, notadamente biografia ou autobiografia” (BOURDIEU, 2006, p. 184).

Segundo Bourdieu, produzir uma história de vida linear que relata em uma sequência acontecimentos significativos trata-se de uma ‘ilusão’ retórica, pois no decorrer da vida o real é descontínuo. Contudo, o mundo social procura certa constância e previsibilidade o que pressupõe certa inteligibilidade mediante uma trama histórica bem urdida.

Nesse sentido, utilizamos a teoria sociológica de Bourdieu, para considerar o nome próprio de Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor como ‘designador rígido’, que diz respeito ao mesmo objeto em qualquer campo ou estado. Trata-se de uma forma ‘singular de nominação’, a qual “[...] institui-se uma identidade social constante e durável, que garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis onde ele intervém como ‘agente’, isto é, em todas as suas histórias de vida possíveis” (BOURDIEU, 2006, p. 186).

Lindolfo Collor, no decorrer de sua trajetória social, manteve seu nome próprio em alto grau devido sua constante e inabalável identidade no decorrer dos tempos e dos espaços de sociabilidade em que atuou. Especificamente no campo político deixou sua marca em mandatos como deputado e, em especial, quando teve seu nome cogitado, indicado e empossado por Getúlio Vargas para o cargo de primeiro Ministro do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1930.

Em seu campo de atuação política, Lindolfo Collor utilizava-se das condições que lhe eram ofertadas por meio do poder simbólico presente em seu nome próprio que foi construído e adotado nas suas interações e de suas estratégias políticas. Assim, Collor possuía relativa autonomia no uso de seu poder político, além de credibilidade junto aos seus eleitores e cidadãos em geral para lutar contra seus concorrentes de modo a alcançar seus objetivos.

Na concepção de Bourdieu,

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um ‘sujeito’ cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto de metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações (BOURDIEU, 2006, p. 189-190).

Assim, buscaremos ao longo deste trabalho entender Lindolfo Collor em seu campo de atuação e em suas constantes relações com os outros atores políticos: quer aliados ou adversários. Do mesmo modo, ao relatarmos seus acontecimentos biográficos ficaremos atentos à maneira empregada por Bourdieu em suas pesquisas realizadas no campo dos estudos biográficos quando afirma tratar-se de “‘colocações e deslocamentos’ no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado” (BOURDIEU, 2006, p. 190).

Ainda sobre a trajetória biográfica de Lindolfo Collor, alguns anos após terminar os estudos primários, em 1898, ele teve a oportunidade de dar continuidade a seus estudos quando sua irmã Elvira casou-se e foi residir em Porto Alegre. Assim, em março de 1906, com 16 anos de idade, Collor se matriculou na Igreja Episcopal Brasileira onde permaneceu até 1907.

No referido ano “[...] o jovem seminarista tem uma intensa atividade literária” (COSTA, 1990, p. 15), publicando seus primeiros livros, todos de versos. Paralelamente a isso colaborou com artigos e poesias de inspiração apostólica no semanário *O Estandarte Cristão*, jornal de sua cidade. Ainda em 1907, ingressou na Escola de Farmácia de Porto Alegre, curso que, nessa época, era integralizado em dois anos e, geralmente, cursado por pessoas de poucas posses que buscavam uma ascensão social por meio de estudos superiores.

Acreditamos que no âmbito educacional a visão de que as qualidades pessoais de cada indivíduo, isto é, suas aptidões, mascaram as desigualdades de acesso à escola, o percurso e a qualidade da educação existente entre as classes sociais. Ideologicamente é passada a ideia de que o bom desempenho escolar depende do ‘dom individual’, além dos esforços de cada um.

O fator da herança cultural da criança está diretamente ligado à questão do seu sucesso ou do seu fracasso na escola, ou seja, existe, por exemplo, “[...] uma ruptura com pressupostos inerentes”, tais quais ‘aptidões’ naturais e êxito escolar (BOUDIEU, 2010, p. 73). Nesse contexto, temos, por exemplo, a língua escolar que é a língua materna das crianças oriundas das ‘classes cultas’, e dominá-la possibilita certamente o êxito nos estudos. Para Bourdieu, essa herança cultural é transmitida à criança sem esforços, “de maneira osmótica” que “só devem aos seus dons esses conhecimentos” (BOURDIEU, 2010, p. 46).

Sobre a trajetória educacional de Lindolfo Collor, acreditamos que sua vinculação a uma instituição religiosa foi o que lhe possibilitou concluir o curso de Farmácia, pois não contava com recursos econômicos da família para usufruir de uma vida acadêmica. Destinada apenas às pessoas socialmente bem situadas, a vida escolar era sempre vinculada a uma tríade privilegiada que se resumia em Direito, Medicina e Engenharia.

Collor, ao ingressar na Escola de Farmácia, estudou à mesma época que João Neves, Paim Filho, Maurício Cardoso e Getúlio Vargas, todos estudantes de Direito. Sobre Collor, João Neves salientou:

Não sei porquê – suponho que por escassos recursos financeiros – [Lindolfo Collor] se diplomara na escola de farmácia, então anexa à Faculdade de Medicina. A primeira vez que o vi foi numa daquelas tumultuosas assembleias da Federação dos Estudantes, no Salão da Leopoldina. Não me recordo mais o tema que mantinha acesa a discussão. De repente, pediu a palavra um rapaz magro, de óculos, exprimindo-se com modelar clareza e acentuada lógica na sua argumentação. Era Collor (FONTOURA, 1969, p. 241).

Lindolfo Collor formou-se em Farmácia em 1909, porém em vez de exercer a profissão de farmacêutico, passou a se dedicar à imprensa. Após colar grau, mudou-se para Bagé onde residiu de 1910 a 1911. Iniciou sua vida de jornalista como redator do jornal *O Dever*, sob a direção de Adolfo Luiz Dupont, com o qual teve contato no período de sua vida acadêmica.

No final do ano de 1911, Lindolfo Collor, com 21 anos, partiu para o grande centro cultural do Rio de Janeiro, então capital da

República. Nessa atmosfera da enervância cultural da capital da República, teve a possibilidade de frequentar os meios literários da cidade e conviver com autores, críticos, jornalistas e poetas que eram as ‘estrelas literárias’ da época.

Levou consigo uma carta de recomendação para apresentar a João Lage, tido como ‘português poderoso’, dono do jornal *O País*, reconhecido como um dos três periódicos mais importantes do Brasil à época. Licurgo Costa especifica o que significava uma carta de recomendação naquele momento histórico: “Naqueles tempos a ‘carta de recomendação’ era uma benemérita instituição, era uma chave mágica que substituíva o diploma, o concurso e nunca será demais realçar os imensos serviços que ela prestou ao Brasil, na formação das suas elites” (COSTA, 1990, p. 17).

Não foi ao acaso que Lindolfo Collor dedicou-se às atividades jornalísticas, pois como é possível observar em seu poema intitulado *A imprensa*, publicado em seu livro *Caminho de flores*, em 1918, ele já mostrava qual era sua visão sobre o papel que a imprensa ocupava na sociedade moderna frente à democracia, diz o autor:

A imprensa é genio facundo
que espalha por todo mundo
a Liberdade e o Saber.
É uma Luz seintillante que ao refulgir
no levante
veiu a Justiça trazer!

Quando surgiu resplendente,
placida, justa, inocente,
a tyrannia tombou.
É um Templo magestoso
donde – condor alteroso –
a Liberdade voou!

É manancial de direitos
ante o qual cáem desfeitos
os elos da escravidão.
É Lidador aguerrido
que conquista ao oprimido
a Igualdade e a Razão (COLLOR,
1918, p. 31).

Enquanto esteve no Rio de Janeiro, também colaborou como jornalista e redator no *Jornal do Commercio*, onde assinava uma coluna semanal, *O meu sábado*, abordando os problemas políticos do seu tempo, tema de grande interesse para ele.

Casou-se no dia 19 de fevereiro de 1914 com Hermínia Bartolomeu de Souza e Silva. Em 1919 assumiu a direção do jornal *A Tribuna* que pertencia ao seu sogro, o jornalista Luiz Bartolomeu de Souza e Silva, Deputado Federal pelo Paraná (RODRÍGUEZ, 1989, p. 98).

O capital social adquirido por Lindolfo Collor ampliou suas possibilidades sociais. Aqui, semelhantemente a Pierre Bourdieu, entendemos que o capital social e cultural é uma moeda de grande valor. Collor teve a sensibilidade necessária para reconhecer e valorizar a origem social da família de Hermínia, que lhe trouxe uma identidade material e simbólica. Segundo Bourdieu, o limite “[...] de acumulação e manutenção do capital social” é “simbolizado por um sobrenome importante” (BOURDIEU, 2010, p. 69), no caso, com o sobrenome de sua esposa.

Para Bourdieu, a manifestação da economia das trocas simbólicas está implícita nos laços sociais e na relação de comprometimento a qual se apoia na censura do interesse econômico, mesmo quando percebemos e sabemos que este está presente nessa relação, ou seja, a ligação de Lindolfo Collor e Hermínia Bartolomeu de Souza e Silva instaurou e perpetuou trocas materiais e simbólicas. Em nossa leitura, esse relacionamento ampliou as possibilidades de ascensão social de Collor, por um meio que não o intelectual, pois seu envolvimento com a filha do dono de um jornal influente lhe garantiu um capital econômico e social.

Observamos aqui uma estratégia consciente de Lindolfo Collor de um investimento social que reproduziu relações sociais utilizáveis, as quais envolveram obrigações institucionalmente garantidas com os direitos provenientes do matrimônio. E isso devido ‘à alquimia da troca’, que transforma o que é trocado (palavras, presentes, mulheres) em ‘signos de reconhecimento’, como observamos no excerto seguinte:

A existência de uma rede de relações não é um dado natural, nem mesmo um ‘dado social’, constituído de uma vez por todas e para sempre por um ato social de instituição (representado, no caso do grupo familiar, pela definição ‘genealógica’ das relações de parentesco que é característica de uma formação social), mas o produto do trabalho de instauração e de

manutenção que é necessário para produzir e reproduzir relações duráveis e úteis aptas a proporcionar lucros materiais ou simbólicos (BOURDIEU, 2010, p. 68).

De acordo com Bourdieu, pertencer a um grupo social é uma estratégia consciente de investimentos, haja vista as relações sociais gerarem lucros materiais e simbólicos. Observe:

A rede de ligações é o produto de estratégias de investimento social consciente ou inconscientemente orientadas para a instituição ou a reprodução de relações sociais diretamente utilizáveis, a curto ou longo prazo, isto é, orientadas para a transformação de relações contingentes, como as relações de vizinhança, de trabalho ou mesmo de parentesco, em relações, ao mesmo tempo, necessárias e eletivas, que implicam obrigações duráveis subjetivamente sentidas (sentimentos de reconhecimento, de respeito, de amizade, etc.) ou institucionalmente garantidas (direitos) (BOURDIEU, 2010, p. 68).

No ano de 1916, no Rio de Janeiro, Lindolfo Collor ingressou em outro curso superior na Escola de Altos Estudos Sociais, Jurídicos e Econômicos, a qual era mantida pelo Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, bacharelando-se em 1917. Certamente essa formação atribuiu-lhe grandes conhecimentos no campo da Economia e da Política Internacional, assuntos nos quais se distinguiu como Deputado Federal.

Lindolfo Collor era proveniente de uma família destituída de um capital econômico e tomou o caminho da ascensão social que lhe era plausível, ou seja, por meio da escrita, tornou-se um ‘literato, intelectual’, uma vez que suas condições materiais não lhe permitiam uma liberdade de escolha. Para Collor, era mais fácil formar-se um intelectual do que se transformar em um industrial. Observamos que seu horizonte não era limitado por sua posição social.

Como salienta o sociólogo Sérgio Miceli (2001), a maioria dos intelectuais brasileiros da Primeira República era oriunda de famílias de

'parentes pobres' desprovidos, por sua vez, de capital econômico. Como forma de ascensão social cada vez mais utilizada na época, a partir do momento em que a concorrência no campo intelectual se acirrava, estavam os estudos escolares que passavam a ter maior influência. Nas palavras de Miceli:

A cooptação das novas categorias de intelectuais continua dependente do capital de relações sociais, mas passa cada vez mais a sofrer a mediação de trunfos escolares e culturais, cujo o peso é tanto maior quanto mais se acentua a concorrência no interior do campo intelectual (MICELI, 2001, p. 79).

A trajetória traçada por Lindolfo Collor indica que houve um grande investimento de sua parte nos bancos escolares, o que norteou suas escolhas e suas atividades como jornalista, escritor e político. Collor, em toda sua vida, foi reconhecido como possuidor de uma inteligência brilhante. Foi uma hábil estratégia constituir-se um grande intelectual como forma de ascensão social. Foi, por exemplo, em razão de destacar-se no jornalismo que ele recebeu o convite para trabalhar em *A Federação*, maior jornal do estado do Rio Grande do Sul.

Não obstante tivesse importante contribuição na ascensão social da época, o capital educacional pura e simplesmente não bastava para tal. Era preciso, para viabilizar essa mobilidade social, conciliá-lo a outros campos: social, cultural e político.

A ação das relações sociais visíveis em Lindolfo Collor como forma de ascensão social

Com base no corpo conceitual de Bourdieu, entendemos que Lindolfo Collor construiu um capital social ao longo de sua vida. Bourdieu conceitua capital social como “um conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas.” Como “um conjunto de agentes que se reconhecem como pares ou como vinculados a determinado(s) grupo(s)” (BOURDIEU, 2010, p. 67).

Nesse sentido, as pessoas com as quais Lindolfo Collor relacionava-se puderam, em um primeiro momento, introduzir-lhe em um meio

social de grande prestígio quando da ocasião de sua ida para a cidade do Rio de Janeiro, ou seja, ele dispunha de um importante capital de relação social utilizável.

A reprodução do capital social é tributária, por um lado, das instituições que favorecem as trocas legítimas em ocasiões e lugares que reúnem pessoas tão homogêneas quanto possíveis e, por outro lado, do trabalho de sociabilidade. Nesse momento “cada membro do grupo é um guardião”, em potencial, “dos limites do grupo” (BOURDIEU, 2010, p. 68).

Destarte, salientamos que pertencer a um grupo gera lucros, trocas materiais e simbólicas, no que se reflete um efeito multiplicador sobre o capital social já possuído. O volume do capital social está arrolado tanto na extensão de sua rede de relações, quanto no volume do capital econômico, político, cultural, simbólico que é de posse de cada um daqueles a quem ele passa a estar ligado, uma vez que o capital simbólico é comum a todos os membros de um mesmo grupo. Exclui-se, dessa maneira, o que não tem valor para o grupo. Nas palavras de Bourdieu, “a definição de critérios de entrada no grupo está em jogo em cada nova inclusão” (BOURDIEU, 2010, p. 67-68).

Lindolfo Collor foi convidado por Dupont a participar em alguns jornais em Bagé. Mais tarde, em 1919, por convite do próprio governador do Rio Grande do Sul, Antônio Augusto Borges de Medeiros, respeitado chefe republicano, Collor assumiu a redação do jornal do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), *A Federação*, de Porto Alegre. Dentro de um curto espaço de tempo, tornou-se diretor do jornal, aproximando-se, assim, dos demais líderes em ascensão do partido, entre os quais Getúlio Vargas, João Neves, Oswaldo Aranha, além de Borges de Medeiros.

O círculo de amizade de Lindolfo Collor aumentou, inserindo-o no jogo das redes de relações partidárias, as quais ele passou a mobilizar após adentrar nessa elite política. Como dividendos tiveram início as indicações de Borges de Medeiros para que Collor ocupasse cargos legislativos, o que ele pleiteou no Rio de Janeiro sem êxitos.

O capital cultural incorporado de Lindolfo Collor

Como dissemos anteriormente, para entendermos a trajetória de Lindolfo Collor

faz-se necessário colocá-lo frente ao campo de atuação do qual fez parte. É somente mediante suas relações sociais vividas, dos embates políticos entre seus pares e outros grupos sociais de apoio ou oposição que reconstruiremos o curso de sua vida.

Sobre essa maneira de se analisar uma biografia, Bourdieu afirma:

Não podemos compreender uma trajetória (isto é, envelhecimento social que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ele se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado, pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis (BOURDIEU, 2006, p. 190).

Lindolfo Collor no convívio com a família e, praticamente, em todo o vilarejo onde morava quando criança utilizava a língua alemã, ou seja, dominava uma segunda língua. Tal fato, entendemos como uma apropriação objetivada do capital cultural incorporado de sua mãe e de seu padrasto, bem como no seu espaço de sociabilidade com relação à língua alemã. Collor teve uma acumulação de capital cultural útil, pois começou desde a origem, uma vez que ele engloba a totalidade do tempo de socialização (BOURDIEU, 2010, p. 76).

Para Bourdieu, “o mais oculto e dominante socialmente dos investimentos educativos” que dá conta de explicar o bom desempenho escolar das crianças é “[...] a transmissão doméstica do capital cultural” (BOURDIEU, 2010, p. 73). Defendemos a ideia de que Collor possuía um grande capital cultural incorporado por meio do ‘trabalho de inculcação e de assimilação’, o qual demanda tempo que “[...] deve ser investido pessoalmente pelo investidor” (BOURDIEU, 2010, p. 74). A mãe de Lindolfo Collor sempre o tomava como exemplo para incentivar as demais crianças da família a estudarem. Ela dizia que Lindolfo Collor “[...] devorava tudo quanto era livro ou impresso que lhe caísse nas mãos, não

se comprazendo com brinquedos ou outros folguedos da meninice” (REALE, 1991, p. 13).

Na afirmação de sua mãe fica nítida a forma de aquisição de um capital cultural incorporado que derivou da dedicação de Lindolfo Collor às leituras, já que ele tinha em seu *habitus* constantemente a leitura além da língua alemã.

Afora a escola, a família é a responsável pela produção, disseminação e reprodução dos valores culturais, pela herança cultural transmitida aos seus filhos. Quanto a isso, Bourdieu aponta que “na realidade, cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural” (BOURDIEU, 2010, p. 41).

O capital cultural de uma criança, para Bourdieu, facilita ou dificulta o seu desenvolvimento no meio escolar, pois no processo de escolarização não é somente o capital cultural e o escolar que estão em jogo, mas também as práticas de socialização das famílias. Estar em consonância ou em dissonância com a lógica que engendra a escola favorece ou não o sucesso educacional, afinal, o sistema escolar espera que seu aluno possua algumas habilidades.

A escola viabiliza a passagem do grupo que domina o capital cultural que ela prioriza. Segundo esse pensamento, Lindolfo Collor possuía os códigos dominantes e seguiu em frente com seus estudos. Sua formação em Farmácia, em 1909, e em Estudos Sociais, Jurídicos e Econômicos, em 1917, deu-se no intuito de obtenção de um diploma de curso superior, capital cultural institucionalizado. O diploma é tido como uma “certidão de competência cultural” (BOURDIEU, 2010, p. 78).

Salientamos que a herança familiar tem suas implicações escolares. Do ponto de vista de Bourdieu, a posse desse capital cultural incorporado tem um peso maior se comparado ao fator econômico da família de Lindolfo Collor. Embora o capital econômico de sua família não fosse favorável aos seus estudos, Collor tinha a seu favor o domínio da língua padrão trazido de casa que lhe facilitava o aprendizado e o desempenho escolar, assegurando-lhe o êxito em sua formação acadêmica posterior.

Sem embargo, Collor trouxe consigo, proveniente da conduta de sua família, uma educação baseada nos princípios morais protestantes. Assim, no seu modo de pensar e

agir via-se nitidamente a influência da família. Ou, de outro modo, as características da conduta de Lindolfo Collor foram incorporadas devido suas condições de existência, pois fazia parte de seu *habitus*.

O capital cultural, como já mencionamos anteriormente neste trabalho, é “um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da ‘pessoa’, um *habitus*” (BOURDIEU, 2010, p. 74-75). Trata-se de um conjunto de características distintivas incorporadas à pessoa mediante a sua inserção social. Destarte, entendemos que essa seja uma possível explicação para o conduta constitutiva de Lindolfo Collor em sua fase adulta.

Mais uma vez chamamos à baila Bourdieu (2004, p. 158) quando afirma:

[...] o seu *habitus*, isto é, as estruturas mentais através das quais eles aprendem o mundo social, são em essência produto da interiorização das estruturas do mundo social. Como as disposições perceptivas tendem a ajustar-se à posição, os agentes, mesmo os mais desprivilegiados, tendem a perceber como evidente e a aceitá-lo do modo muito mais amplo do que se poderia imaginar, especialmente quando se olha a situação dos dominados com o olho social de um dominante.

Como podemos observar no excerto supracitado, *habitus* ou conjunto de disposições de cultura estão presentes em todas as camadas da vida do indivíduo. É uma categoria absolutamente ligada ao espaço/campo no qual está inserido o sujeito, pois a formação do *habitus* ocorre mediante duas matrizes: a família e a escola. Ao passo que pessoas submetidas às mesmas coisas, isto é, ‘cultura’ terá uma tendência a ter as mesmas disposições, uma vez que são princípios geradores de conduta.

Elementos para uma interpretação do campo político de Lindolfo Collor

A noção de ‘campo’ é utilizada por Bourdieu para delimitar os espaços sociais. Assim, o campo torna-se uma divisão espacial do mundo social vivido, visto que os diversos campos delimitam os múltiplos conflitos de interesses, os quais compõem o espaço social que, na visão do autor, se trata de:

um espaço multidimensional, conjunto aberto de campos relativamente autônomos, quer dizer, subordinados quanto ao seu funcionamento e às suas transformações, de modo mais ou menos firme e mais ou menos direto ao campo de produção econômica: no interior de cada um dos subespaços, os ocupantes das posições dominantes e os ocupantes das posições dominadas estão ininterruptamente envolvidos em lutas de diferentes formas (sem por isso se constituírem necessariamente em grupos antagonistas) (BOURDIEU, 2001, p. 153).

Ocorre que no interior do ‘espaço social multidimensional’ existe uma variedade de campos – intelectual, artístico, educacional, religioso, político, dentre outros – que possuem relativa autonomia. Especificamente, ao focarmos o campo político, na perspectiva da atuação política de Lindolfo Collor, compreendemos que aquele tem uma autonomia relativa em relação ao campo econômico.

O campo político, nas palavras de Bourdieu (2001, p. 163-164), é “[...] entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento”. Assim, o entendimento da noção do campo político, elaborada por Bourdieu, diz respeito a um espaço social no qual ocorrem lutas envolvendo os agentes sociais que atuam e interferem neste campo, ou seja, na concorrência existente entre eles que estão imersos no interior do campo político.

Observe:

O campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre o agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher, com probabilidades de mal-entendimento tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção (BOURDIEU, 2001, p. 164).

Cada campo possui sua autonomia relativa e funciona como cada agente social o legítima, visto que encontramos no interior de cada um dos campos agentes sociais divididos entre dominantes e dominados. No campo político, os

agentes querem o monopólio. Nesses termos, Bourdieu afirma:

Os que dominam o partido e têm interesses ligados com a existência e a persistência desta instituição e com os ganhos específicos que ela assegura, encontram na liberdade, que o monopólio da produção e da imposição dos 'interesses políticos__instituídos' lhes deixa, a possibilidade de imporem os seus interesses de mandatários como sendo os interesses dos seus mandantes (BOURDIEU, 2001, p. 168).

Nesse sentido, no interior do campo político as decisões políticas e as atividades de cada partido são tomadas segundo as disposições de seus agentes sociais. O que é oferecido aos cidadãos geralmente não é fruto dos interesses e do que as pessoas comuns necessitam ou esperam receber. Elas se tornam meros receptores do que é produzido no interior do campo político.

O partido político exclui, nas tomadas de decisões, a participação de uma grande maioria de cidadãos comuns, comumente seus militantes ou seus eleitores que não dispõem de capital econômico e cultural acumulados. Essa exclusão advém, como diz Bourdieu, do monopólio das atividades políticas no campo político. Assim:

a concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo é tanto menos contrariada e portanto tanto mais provável, quanto mais despossuídos de instrumentos materiais e culturais necessários à participação ativa na política estão os simples aderentes – sobretudo, o 'tempo livre' e o 'capital cultural' (BOURDIEU, 2001, p. 164).

Queremos dizer que o acesso à participação política no interior do campo político é restrito às pessoas que dispõem primordialmente de 'tempo livre', ou seja, àqueles a quem um 'salário não recebido' – tempo dispensado à política é 'perdido', no sentido de que nesse tempo gasto se deixa de trabalhar e, por conseguinte, de receber um salário—não fará falta, uma vez que possui um capital econômico sólido para subsidiá-los, bem como um capital social e cultural que lhes permitem acessar, compreender e desempenhar atividades políticas. A concentração e o monopólio dessas atividades políticas é cada vez mais crescente,

mediante a grande falta dos recursos citados anteriormente entre a maioria dos cidadãos.

Nos anos de 1922 e 1923, quando houve no Rio Grande do Sul uma disputada campanha eleitoral para ocupar o cargo de governador do Estado, Lindolfo Collor era diretor de *A Federação*. Os dois partidos que se defrontavam naquele momento eram: O Libertador, que apoiava a candidatura de Assis Brasil à sucessão estadual, contra o Partido Republicano, do governador do Estado, Borges de Medeiros que pleiteava sua quinta reeleição.

Borges de Medeiros saiu vitorioso desse embate e sua reeleição resultou em protesto armado. No campo político, deflagrou-se uma luta constante entre os políticos em busca do poder simbólico que atribui aos agentes sociais a possibilidade duradoura da conservação ou da transformação do mundo social. Acerca dessas lutas, diz Bourdieu:

é, sem dúvida, a forma por excelência da luta simbólica pela conservação ou pela transformação do mundo social por meio da conservação ou da transformação da visão do mundo social e dos princípios de divisão deste mundo: ou, mais precisamente, pela conservação ou pela transformação das divisões estabelecidas entre as classes por meio da transformação ou da conservação dos sistemas de classificação que são a sua forma incorporada e das instituições que contribuem para perpetuar a classificação em vigor, legitimando-a (BOURDIEU, 2001, p. 173-174).

As notícias a respeito dos combates políticos eram publicadas nos jornais *O Correio do Povo*, que defendia o Partido Libertador, e *A Federação*, órgão oficial do Partido Republicano, que apoiava os borgistas. Ocorriam agitadas aglomerações de pessoas que comentavam cada notícia com atitudes favoráveis ou contrárias ao que era divulgado, muitas vezes com necessárias intervenções por parte dos cavalarianos da Brigada Militar.

Lindolfo Collor, ainda quando desempenhava suas atividades jornalísticas, demonstrava quão grande fascínio a política exercia sobre ele. Na realidade, as portas de sua carreira política lhe foram abertas precisamente em 1921, pelo seu exímio desempenho jornalístico.

Lindolfo Collor possuía uma veia latente que o direcionava para o campo político. Por exemplo, quando iniciou sua colaboração no *Jornal do Commercio* foi notório seu regozijo ao receber a incumbência de escrever uma coluna semanal intitulada *O meu sábado*, destinada a tratar dos problemas políticos da época.

Embasados aqui em uma perspectiva sociológica de Bourdieu (2001, p. 176-177), entendemos que Lindolfo Collor, como ator social, para 'viver da política' passa à 'condição de viver para a política'.

A 'missão política' é uma missão pessoal, portanto, não deve ser vista como uma simples missão burocrática, pois a pessoa se empenha e, no caso de Lindolfo Collor, sempre se empenhou. O mero capital pessoal que desaparece com seu portador quando esta pessoa, por exemplo falece, difere em muito do capital destinado da autoridade política.

Bourdieu (2001, p. 191), considera o capital proveniente da autoridade política “[...] como o do sacerdote, do professor e, mais geralmente, do *funcionário*, produto da transferência limitada e provisória (apesar de renovável, por vezes vitaliciamente) de um capital detido e controlado pela instituição e só por ela”.

Em 1922, quando da vitória eleitoral de Arthur Bernardes para a Presidência da República, o grupo castilhista posicionou-se em favor da candidatura de Nilo Peçanha, em oposição à de Bernardes, a qual também foi combatida pelo grupo de tenentes revolucionários que se deslocava pelo Sul do Brasil em marchas de protesto contra o Governo Federal.

Contudo, depois de Arthur Bernardes ter sido eleito, o governador Borges de Medeiros, homem de grande experiência, resolveu, prudentemente, aceitar o resultado final e, nesse sentido, orientou o diretor de *A Federação*, Lindolfo Collor, a escrever um artigo que assegurasse ao novo presidente da República o apoio político do Rio Grande do Sul.

Por meio do artigo em questão, intitulado *Pela Ordem*, publicado em 7 de julho de 1922, o Partido Republicano Riograndense (PRR) manifestou-se favorável à posse do novo presidente e contrário ao levante tenentista de 5 de julho que rendeu para seu autor grande animosidade por parte dos tenentes revoltosos. Como retaliação, mais tard quando Lindolfo Collor desempenhava o cargo de Ministro do Trabalho nos anos iniciais da década de 1930,

enfrentou grandes dificuldades, visto que esses mesmos tenentes exerciam à época, depois de apoiarem a Revolução de outubro de 1930, influência política no cenário federal.

Nesse artigo, Lindolfo Collor defendia:

Nada é mais absurdo nem mais condenável do que corrigir a violência com outra violência. Se nós abordássemos agora esta estrada daríamos início, lamentavelmente, a um retrocesso histórico em demanda das turbulentas origens caudilhescas da maior parte dos Estados americanos. [...] Não cabe à orientação política que vem combatendo a candidatura Bernardes a mínima responsabilidade nesses acontecimentos. É se fosse verdade, como há se começa a assoalhar, que políticos houvera instigadores do motim, a mais ampla devassa no caso só serviria para pôr mais uma vez em alto e inconfundível relevo a correção da política rio-grandense, em todo o desenrolar dessa campanha de opinião levamos travada contra os defraudadores do regime [...] Inabaláveis no nosso posto de convicção, não pouparemos, dentro da ordem, o último esforço pela integridade da Constituição e pela moralidade do regime. Para a desordem civil não contribuirá o Rio Grande do Sul [...] *Dentro da ordem sempre; nunca pela desordem, parta de onde partir, tenda para onde tender*, – é este o nosso lema, supremo e inderrocável (COLLOR, *Apud* SILVA, 1971, p. 283-284. grifo nosso).

Em 1924, Lindolfo Collor foi eleito Deputado Federal, regressando ao Rio de Janeiro onde assumiu o posto de redator-chefe de *O Paiz*. Foi membro da Comissão de Finanças e presidente da Comissão das Relações Exteriores na Câmara dos Deputados. Nesse período, produziu sistemáticos estudos sobre a estabilização da moeda, o problema do padrão ouro, bem como sobre a transformação da moeda nacional em Cruzeiro.

Compreendemos que Lindolfo Collor, com o início da década de 1920, passou à prática efetiva de suas atividades políticas, visto que antes dessa data ele fazia parte do *staff* político e, posteriormente, a partir de seus consecutivos mandatos como Deputado, tanto Estadual – a partir de 1921 –, quanto Federal – pós 1925 –, passou a integrar Comissões representando o Brasil em diversas ocasiões como líder parlamentar.

No desempenho de suas funções como Deputado Federal, Collor teve a oportunidade de ampliar seu capital social, cultural e político. Alcançou maior notoriedade nacional, pois nessa posição teve inúmeras ocasiões de reafirmar a sua capacidade oratória; também as viagens ao exterior rendiam-lhe ganhos culturais.

Em 1929, Collor deu um passo significativo que marcou sua trajetória política ao integrar-se à campanha da Aliança Liberal, que advogava a candidatura de Getúlio Dornelles Vargas à Presidência da República, em oposição ao candidato indicado por Washington Luís. No encerramento da Campanha da Aliança Liberal, o candidato oposicionista, Vargas, leu sua plataforma de governo. Esse documento, redigido por Lindolfo Collor, é entendido neste estudo como marco histórico, pois foi a primeira vez que apareceu em um programa de governo a questão da legislação social e trabalhista. Assim, Collor já esboçava o que seria a tônica de suas ações à frente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

A liberdade sindical para todas as indústrias e profissões e para os proletários em geral, é, hoje, princípio vitorioso no mundo. A proteção aos interesses dos operários deve ser completa. A conquista das oito horas de trabalho, o perfeioamento e a ampliação das leis de férias, dos salários mínimos, a proteção das mulheres e dos menores, todo esse novo mundo moral que se levanta, nos nossos dias, em amparo do proletariado, deve ser contemplado pela nossa legislação, para que não se continue a ofender os brios morais dos nossos trabalhadores com a alegação de que o problema social no Brasil é um caso de polícia (COLLOR, 1996, p. 131).

Observamos que no programa político a ser cumprido, houve a promessa da elaboração de uma Legislação Social e Trabalhista que transferia as questões sociais e trabalhistas do âmbito policial para a esfera política, visto que tanto o proletariado quanto a burguesia passariam a ter suas obrigações e direitos assegurados pelo Estado. Portanto, passou a existir uma mediação estatal entre essas forças produtivas, ou seja, buscou-se uma nova relação entre capital e trabalho.

Após vencida a Revolução de 1930, Getúlio Vargas nomeou Lindolfo Collor para o cargo de

Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio. Nesse cargo, ele elaborou a legislação social e trabalhista brasileira, que pode ser considerada um grande avanço social no Brasil, passando o país a um estágio de vanguarda.

Na implementação dessa legislação, Collor demonstrou ser um homem político detentor de uma força e de um 'capital político' digno da confiança tanto de seus pares (uma vez que ele foi nomeado o primeiro Ministro do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio) quanto de classes e segmentos de classes brasileiras. Enfim, vemos quão grande era o seu poder simbólico naquele momento, pois, como exposto por Bourdieu, o capital político de um agente social está firmado no crédito e no reconhecimento dispensado a ele.

Mencionamos o que Bourdieu afirma a respeito:

O capital político é uma forma de capital simbólico, 'crédito' firmado na 'crença' e no 'reconhecimento' ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhes recebem. [...] O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que o credita, uma 'fides', uma 'auctoritas', que ele lhe confia, pondo nele sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe (BOURDIEU, 2001, p. 187-188).

Destarte, procuramos analisar a trajetória de vida de Lindolfo Collor como ator social, com base no escopo teórico de análise pensado por Bourdieu. Para tanto, utilizamos, fundamentalmente, os seguintes conceitos: campo, *habitus*, capital político, simbólico, cultural e social. Vemos suas significativas contribuições como uma possibilidade plausível de análise nos estudos históricos.

Considerações finais

Para entendermos a trajetória político-social de Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor, nos utilizamos da teoria sociológica de Bourdieu. Evidentemente, tal teoria não deve ser entendida como 'chave de análise', mas sim como uma possibilidade à contribuição dos estudos da

trajetória e do discurso político de um sujeito histórico, no nosso caso Lindolfo Collor.

Devido ao fato de Collor não possuir um capital econômico favorável este se utilizou do capital social e cultural como forma de ascensão.

O capital cultural e social de forma comparada ao econômico tem, muitas vezes, uma relevância maior na vida de um indivíduo. Isto é o que procuramos ressaltar ao longo deste trabalho, pois o capital cultural que Collor detinha constituía, sobretudo, em sua forma incorporada, o elemento da sua herança familiar, o qual teve grande impacto em suas conquistas.

Lindolfo Collor mediante suas condições objetivas em seus espaços de sociabilidade, suas vivências e experiências, enfim, seu *habitus* construiu ao longo de sua trajetória de vida um volume dos tipos de capitais (social, político, econômico, simbólico, cultural), capaz de transformar a sua realidade.

Referências

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-191.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COLLOR, L. L. B. Manifesto da Aliança Liberal (20/04/1930). In: BONAVIDES, P.; AMARAL, R. (Org.). **Textos políticos da história do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996. v. 4.

_____. A Imprensa. In: _____. **Caminho de flores**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1918.

COSTA, L. R. da. **Ensaio sobre a vida de Lindolfo Collor**. Florianópolis: Lunardelli, 1990.

FONTOURA, J. N. da. **Memórias**: Borges de Medeiros e seu tempo. Porto Alegre: Globo, 1969.

MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

REALE, E. **Lindolfo Collor: uma vida dedicada à questão social no Brasil**. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 1991.

RODRÍGUEZ, R. V. Lindolfo Collor e a plataforma modernizadora da Aliança Liberal. **Convivium**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 97-113, 1989.

SALM, C. L. **Escola e trabalho**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

SILVA, H. **O ciclo de Vargas: sangue na areia de Copacabana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. v. 1.

Recebido em: 11/06/2013

Aceito em: 28/08/2013